



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER Nº 157, DE 2006**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.

**RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO**

### **I – RELATÓRIO**

Encontra-se em análise nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004, de autoria do Deputado Pastor Amarildo. Trata-se de proposição que pretende atualizar a legislação que rege o exercício da profissão de jornalista, discriminando e classificando novas atribuições e atividades privativas desses profissionais.

O autor da proposta destaca a desatualização do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, como fato justificador da apresentação do Projeto. Essa norma permanece inalterada, não tendo, em consequência, acompanhado a evolução tecnológica e o aprofundamento da experiência profissional nos meios de comunicação. Propõe-se, então, alteração nas definições das atividades e funções exercidas pelos jornalistas empregados, com o intuito de modernizar a legislação e fazer justiça para com os competentes profissionais do jornalismo brasileiro.

O texto define atividades privativas dos jornalistas, incluindo as de *ensino de técnicas de jornalismo*, “organização e conservação de arquivo jornalístico”, “execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico” e “assessoramento técnico na área de jornalismo” (incisos VII, X, XII e XIV do art. 2º proposto para o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969). A proposição também traz uma extensiva relação de funções a serem desempenhadas por jornalistas profissionais: Editor responsável, Editor de Jornalismo, Subdiretor de Jornalismo, Coordenador de Reportagem, Pauteiro, Coordenador de Revisão, Coordenador de Imagens, Editor, Coordenador de Pesquisa, Redator, Noticiarista, Repórter, Comentarista, Arquivista-Pesquisador, Revisor, Repórter-Fotográfico, Repórter-Cinematográfico, Diagramador, Processador de Texto, Assessor de Imprensa, Professor de Jornalismo, Ilustrador e Produtor Jornalístico (incisos do art. 6º proposto para o decreto citado).

Na Câmara dos Deputados a matéria foi minuciosamente examinada. Foram corrigidas algumas impropriedades técnicas e foi destacada, no relatório da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, elaborado pelo Deputado Pedro Corrêa, a relevância da matéria, tendo a Constituição em vigor, em capítulo especial, assegurado plena liberdade de manifestação do pensamento de criação, da expressão e da informação.

Nesta Casa revisora, dentro do prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

A regulamentação do exercício de profissões, matéria na qual se insere a discriminação das atividades privativas dos jornalistas profissionais, pertence ao ramo do Direito do Trabalho. Inclui-se, em consequência, entre os temas de iniciativa comum, previstos no art. 61 da Carta Magna. O Congresso Nacional é competente para legislar sobre o assunto, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais.

Foram respeitados também os princípios que regem a nossa legislação e não há conflitos de dispositivos do projeto com outras normas constitucionais e legais. Além disso, regimental e juridicamente não temos reparos a fazer.

No mérito, consideramos a proposta plenamente justificada. Trata-se de assegurar aos jornalistas garantias plenas ao exercício da profissão. São prerrogativas necessárias à liberdade de imprensa e à busca da verdade, que fazem parte do trabalho diuturno deles. Sem uma legislação que os proteja, estabelecendo claramente quais são as competências privativas desses profissionais, a atividade pode ser cerceada, prejudicada ou restringida. Mas não só isso, a própria responsabilidade profissional pode ficar diluída ou incerta na inexistência de uma legislação clara a respeito desse tema.

Ademais, as novas tecnologias desafiam a competência dos profissionais da mídia. A informática revolucionou a produção de textos e de imagens. Os desafios desse novo contexto exigem atualização constante dos jornalistas, num campo de trabalho altamente competitivo e estressante. A legislação, nesse sentido, precisa acompanhar os novos condicionantes, oferecendo normas claras que reconheçam as novas funções desempenhadas nessa área ocupacional.

No que se refere à técnica legislativa, detectamos a necessidade de uma emenda de redação para corrigir a remissão que faz o inciso V do art. 4º do Decreto-Lei às alíneas do art. 6º, transformadas em incisos pelo Projeto de Lei em análise.

### **III – VOTO**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004, com a seguinte emenda de redação.

#### **EMENDA Nº 1 – CAS** (De redação)

O art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 1969, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004, passa a vigorar com as seguintes modificações:

**Art. 4º** O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e do Emprego que se fará mediante a apresentação de:

.....


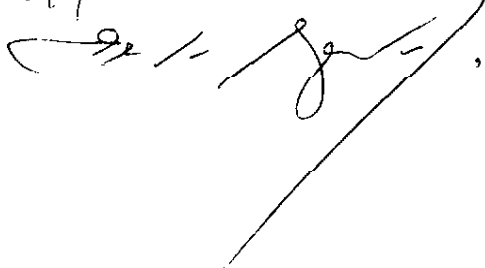
V – diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido, registrado no Ministério da Educação ou em instituição por este credenciada, para as funções relacionadas nos incisos I a XXIII do art. 6º deste Decreto.

.....  
§ 3º .....

a) Colaborador com registro especial, assim entendido aquele que, sem relação de emprego e prestando serviço de natureza eventual, oferece colaboração sob forma técnica, científica ou cultural, exclusivamente em forma de análise e relacionados com a sua especialização, sendo obrigatória a divulgação do nome e qualificação do autor:

..... (NR)

Sala da Comissão, 16 de fevereiro de 2006.

, Presidente  
, Relator

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, de 2004**

**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/12/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)**

**PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES**

**RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO**

| <b>BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES</b>             | <b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE</b>           |
|---|---|
| MARCO MACIEL – PFL  | 1- HERÁCLITO FORTES – PFL.                                |
| (VAGO)  | 2- JOSÉ JORGE – PFL.                                      |
| MARIA DO CARMO ALVES – PFL.                               | 3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.                               |
| RODOLPHO TOURINHO – PFL.                                  | 4- ROMEU TUMA – PFL.                                      |
| FLEXA RIBEIRO – PSDB.                                     | 5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.                                |
| LEONEL PAVAN – PSDB.                                      | 6- PAPALÉO PAES – PSDB                                    |
| LÚCIA VÂNIA – PSDB.                                       | 7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.                          |
| REGINALDO DUARTE – PSDB.                                  | 8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.                                  |
| <b>PMDB TITULARES</b>                                     | <b>PMDB SUPLENTE</b>                                      |
| NEY SUASSUNA  | 1- WELLINGTON SALGADO                                     |
| ROMERO JUCÁ   | 2- RAMEZ TEBET  |
| VALDIR RAUPP  | 3- JOSÉ MARANHÃO  |
| MÃO SANTA   | 4- PEDRO SIMON  |
| SÉRGIO CABRAL   | 5- IRÍS DE ARAÚJO   |
| (VAGO)  | 6- GERSON CAMATA  |
| <b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)</b> | <b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)</b> |
| ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)                            | 1- DELCÍDIO AMARAL (PT)                                   |
| FLÁVIO ARNS (PT)  | 2- MAGNO MALTA (PL)                                       |
| IDELI SALVATTI (PT)                                       | 3- EDUARDO SUPLICY (PT)                                   |
| MARCELO CRIVELA (PMB)                                     | 4- FÁTIMA CLEIDE (PT)                                     |
| PAULO PAIM (PT)   | 5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)                             |
| PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)                               | 6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)                                  |
| <b>PDT TITULARES</b>                                      | <b>PDT SUPLENTE</b>                                       |
| AUGUSTO BOTELHO   | 1- CRISTÓVAM BUARQUE.                                     |

## **Legislação Citada Anexada pela Secretaria-Geral da Mesa**

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

#### **DECRETO-LEI Nº 972, DE 17 DE OUTUBRO DE 1969.**

Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.

.....

Art 4º O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social que se fará mediante a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - fôlha corrida;

III - carteira profissional;

IV - declaração de cumprimento de estágio em empresa jornalística;

V - diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição por este credenciada, para as funções relacionadas de " a " a " g " no artigo 6º.

§ 1º O estágio de que trata o item IV será disciplinado em regulamento, devendo compreender período de trabalho não inferior a um ano precedido de registro no mesmo órgão a que se refere este artigo.

§ 2º O aluno do último ano de curso de jornalismo poderá ser contratado como estagiário, na forma do parágrafo anterior em qualquer das funções enumeradas no artigo 6º.

§ 3º O regulamento disporá ainda sôbre o registro especial de:

- a) colaborador, assim entendido aquele que exerça, habitual e remuneradamente atividade jornalística, sem relação de emprêgo;
- b) funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais coincidam com as do artigo 2º;
- c) provisionados na forma do artigo 12.

§ 4º O registro de que tratam as alíneas " a " e " b " do parágrafo anterior não implica o reconhecimento de quaisquer direitos que decorram da condição de empregado, nem, no caso da alínea " b ", os resultantes do exercício privado e autônomo da profissão.

.....

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

REQUERIMENTO 1.6004/2004

À Comissão de  
**ASSUNTOS SOCIAIS.**

Em 15/12/2004

  
Senador Romeu Tuma  
Primeiro-Secretário

Requeiro nos termos do Art. 335, inciso III – do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 que “Altera dispositivos de Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalismo (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções”, a fim de aguardar o envio a esta casa Legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 3.985, de 2004, que “Cria o Conselho Feral de Jornalismo”.

### JUSTIFICAÇÃO

Encontra-se tramitando na Câmara dos Deputados o PL 3.985, de 2004, de autoria do Executivo Federal que “ Cria o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo” que matéria correlata ao PLC 70, de 2004 de autoria do Dep. Pastor Amarildo .

Há entendimento do STF que matéria desta natureza é de iniciativa do Poder Executivo, o que não é o caso do Projeto já enviado para exame nesta Casa Legislativa. Considerando que Governo Federal, enviou o PL acima citado, é nosso dever, pelo princípio da economia processual e por coerência, sobrestar a matéria para que possa ser oportunamente apreciada em conjunto.

Sala das sessões, 15 de dezembro de 2004



Senador EDUARDO AZEREDO

#### REQUERIMENTO Nº 126, DE 2005

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1604, de 2004, de minha autoria, em que solicito o sobrestamento do Projeto de Lei da Câmara 79, de 2004.

Sala das sessões, em



Senador EDUARDO AZEREDO

Publicado no **Diário do Senado Federal** 17/02/2006